

O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E SUA APLICAÇÃO PARA A ÁREA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: IMPASSES E DESAFIOS

Walter E. Garcia

NOTAS PARA DEBATE

INTRODUÇÃO

A sugestão para o debate deste tema é indicativo de que existe uma distância entre o que se estuda e o que se utiliza na área de Educação. Com efeito, a Educação, das atividades realizadas pelo Homem, talvez seja uma das que mobiliza elementos tão distintos e difíceis de conciliar numa ação intencional de transmitir ao outro conhecimentos, valores, atitudes e um sem-número de orientações. Ao mesmo tempo em que ela é conhecimento científico, examinado sob a ótica dos métodos e de conhecimentos disponíveis em razão do avanço do saber produzido em Universidades e Centros de Investigação, apresenta-se também como ato que toca o limite das emoções – que podem se tornar mais ou menos importantes em razão da forma como se dá a relação entre as pessoas envolvidas na ação de educando/educador .

Creio que estas dimensões, que exploram as vinculações entre conhecimento e emoção, ou como diriam outros razão e sensibilidade, estão hoje mais presentes no cotidiano das escolas e das famílias, muito mais do que há 20 ou 30 anos passados, sobretudo em razão das marcas que as dimensões racional e emocional deixam para toda a vida em cada um de nós. O difícil é encontrar o ponto de equilíbrio entre estas duas vertentes. Os males do racionalismo e do

intelectualismo, todos que já passaram pela escola conhecem bem. Da mesma forma, o culto exacerbado do emocional e da sensibilidade pode conduzir a outros males que também já fazem parte dos livros de história da educação. Não pretendo avançar nesta seara, até porque pretendo continuar Educador e não disponho, no momento, de nenhuma habilidade para escrever textos de auto-ajuda...

Estou convencido que o importante neste debate é refletir sobre questões que impedem ou facilitam a utilização do conhecimento científico na Educação e isto é o que pretendemos abordar, indicando alguns pontos que podem ser enfrentados pela Universidade enquanto instância de formação profissional daqueles que devem pensar e executar atividades educacionais. Creio que atividades voltadas para incutir o gosto pela ciência e despertar o interesse pelo estudo sistemático dos fatos, ainda valem a pena. Acabo de ler, com parecer favorável à publicação, uma pesquisa em que numa universidade federal foi constatado que os investimentos feitos pela Universidade, por Agências de Fomento (CNPQ e CAPES) ou por professores no sentido de estimular vocações através de programas de iniciação científica ou projetos voltados para atrair alunos em aprendizagem de pesquisa efetivamente cumprem seu objetivo. Um bom percentual dos que se envolveram nessa atividade, terminaram seus programas de mestrado ou doutorado e se dedicam à atividade acadêmica, conclui o estudo.

Este dado mencionado, creio que pode ser corroborado por qualquer pesquisador com um mínimo de experiência em formação de recursos humanos de alto nível. Creio ainda que neste aspecto todos estamos de acordo. O mesmo consenso, no entanto, não existe com respeito a algumas outras questões como as que perpassam o processo de apropriação do conhecimento científico por parte daqueles que estão em fase de formação, ou o que leva a tomada de decisão com

base em informações produzidas e sobre elas pretendo refletir junto com vocês neste encontro.

O MODELO CIENTÍFICO E A EDUCAÇÃO

Tem sido freqüente a interpretação, embora poucos tenham a coragem de dizer publicamente, de que as áreas sociais e entre elas a Educação, padecem de uma certa "fragilidade" epistemológica, até porque não conseguem construir modelos e referenciais que tenham validade universal – portanto capazes de oferecer explicações que apresentem entendimento unívoco a respeito dos temas que abordam. Esta análise, via de regra, é utilizada tomando os parâmetros das "ciências duras", utilizando um linguajar próprio de quem passou pelo CNPq, como é o meu caso. O que se afirma, habitualmente, é que a Educação não é uma área suficientemente desenvolvida do ponto de vista científico, daí porque deve inspirar-se naquelas que já tem maior tradição e processos de validação consolidados historicamente. E isto nos leva, inevitavelmente a comparações com a Física.

É preciso cuidado com estas afirmações. Khun e Ladrière,⁽¹⁾ entre outros, contestam estas versões que se veiculam, mais em função de disputas pela hegemonia de áreas de conhecimento e com elas a questão do "mercado" para os cientistas, do que em razão de uma presumida maior objetividade de algumas áreas sobre outras. A rigor cada área tem sua "lógica" de validação, de "construção" de seu campo de conhecimento e de "utilização" dos resultados produzidos pela investigação que variam segundo os interesses e os objetivos dos grupos que partilham aquelas atividades nas quais estão envolvidos.

As recentes discussões que se fazem no Brasil sobre avaliação educacional – que vão desde as avaliações do ensino fundamental, do ensino médio e do ensino superior (os chamados "provões"), sem

contar as avaliações dos cursos de pos-graduação realizados pela CAPES - estão revelando a presença de um sem-número de pontos obscuros, que necessitam de uma reflexão maior, que construam referenciais que tenham uma validade capaz de atender aos requisitos de uma sociedade como a brasileira deste final de século.

Estas questões relativas à epistemologia do conhecimento das chamadas ciências sociais e da educação até que são facilmente identificáveis quando comparadas à utilização da investigação para a tomada de decisões. Neste terreno, a situação é mais complexa e difícil de esclarecer, até porque os usos e abusos do conhecimento produzido vão desde os interesses mobilizados nas questões onde se quer interferir podendo chegar até a questões de manipulação de dados com objetivo de ganhar poder, prestígio, etc.

INVESTIGAÇÃO E TOMADA DE DECISÃO

A educação, desde os clássicos estudos de Binet e Simon, no começo deste século, tem a pretensão de adotar decisões baseadas em conhecimento científico. Esta não é tarefa fácil, até porque a passagem do conhecimento até a sua transformação em decisão necessita de um grande número de mediações, onde o recomendável nem sempre se concilia com o possível. Este é apenas um dos fatores que torna esta utilização algo imponderável e problemático. A construção do discurso da educação, que se legitima através das hipóteses que o investigador lança mão num determinado projeto de pesquisa pode não ser adequado para a decisão que deve ser adotada pelo administrador que deve decidir o que fazer frente a um problema. Outro elemento que interfere na utilização do conhecimento científico para a área educacional diz respeito à forma como se materializa o produto de cada ator desse processo. A pesquisa educacional, em

geral, apresenta um "corpus" de sistematização que deve ser seguido por todos, desde o iniciante até o pesquisador mais credenciado. Inevitavelmente, devem ser definidas, entre outras : as hipóteses de trabalho, as razões das escolhas feitas, as evidências que sustentam as escolhas, as confirmações observadas, etc. É importante observar que a ciência funciona assim como um referencial de verdade para área segundo os procedimentos adotados por ela e cultivados por todos aqueles que se congregam em torno dela.

Passar dessa fase da investigação para interferir na realidade, no sentido de modificar algo, é bastante complexo e a crônica cotidiana tem registrado equívocos de toda natureza. É muito difícil que uma investigação educativa, por mais completa que seja, consiga apreender toda a gama de situações envolvidas numa realidade que se quer modificar. A idéia dos CIEP'S, para tomar um exemplo bem conhecido no Brasil, representava, no seu bojo, um experimento interessante por tirar a criança da rua, dar-lhe um lugar para ficar o dia todo, melhorar a escolaridade básica e a socialização. Um só dado foi esquecido e que era de natureza fundamental. O papel da criança pobre como elemento importante de ajuda para a renda familiar não era levado em conta. Isto praticamente inviabilizou o programa no Rio de Janeiro, lugar onde ele foi originalmente implantado. Foi necessário fazer novas pesquisas para descobrir que a criança saía da escola para exercitar as suas estratégias de sobrevivência e levar algum dinheiro para casa ao final do dia.

A natureza da função do investigador e do decisor em educação é responsável, habitualmente, pela distância que existe entre a realização de uma pesquisa e sua transformação em decisão. Via de regra o pesquisador atua com a ótica de um intelectual, aquele que pergunta, questiona e interroga sobre os elementos que mobiliza

no seu processo de trabalho. Sua tarefa está mais associada a perguntas que os dados observados e mobilizados vão lhe permitindo responder para si mesmo do que com eventuais esclarecimentos que a realidade objetiva possa estar necessitando. Nesta ótica o comportamento do investigador é – ou deve ser – totalmente racional do ponto de vista da objetividade que pretende exibir na execução de sua tarefa. Já a decisão – mesmo quando utiliza os próprios educadores como colaboradores na formulação das proposições – envolve componentes de natureza técnico-política e por isso os dados da pesquisa devem ser conciliados com questões de oportunidade da decisão, impacto das medidas no grupo específico a ser atingido e no conjunto da sociedade, etc. Assim, o decisor atua como um político por excelência. (2)

O PENSAR E O FAZER A EDUCAÇÃO

As observações que estamos desenvolvendo, invariavelmente remetem às diferenças que existem no pensar e no fazer a Educação. A natureza da Educação, quer seja encarada como praxis ou como atividade de investigação apresenta perfis distintos segundo a circunstância em que se situem os atores de um ou de outro processo. Pode ocorrer, como menciona Morles, citando Husén (3) "que as decisões em Educação raramente são tomadas... elas emergem de uma complicada rede de pressões e de influência de grupos de interesses". Assim, conclui Morles, é particularmente difícil identificar o momento em que uma determinada decisão é tomada.

A ser verdadeira esta afirmação, a situação da pesquisa como componente para influir nos processos decisórios da Educação torna-se mais complexa. Algumas iniciativas tentam romper as dificuldades conceituais e metodológicas como a da pesquisa participante, da pesquisa-ação, ou mais recentemente as vertentes que indicam a

pesquisa como componente do próprio processo formativo do aluno (4). Neste último caso cria-se um processo de relacionamento aluno-professor onde o fio condutor deste é a identificação de um tema de pesquisa que seria o elo entre professor-aluno-conteúdos de formação. Alguns admitem, ainda, que a complexidade entre o conhecimento científico em Educação e sua eventual utilização somente pode ocorrer em aspectos muito específicos e pontuais daí porque seria importante distinguir a pesquisa com uma preocupação mais acadêmica – apenas conhecer temas ligados à área – daquela pesquisa voltada para a tomada de decisão ou para a transformação da realidade. Nesta linha, alguns pesquisadores mostram preocupação com respeito à quantidade de investigações disponíveis face à dificuldade dos decisores em se informarem adequadamente a respeito do que é relevante ou do que é secundário quando necessitam tomar decisões. E esta complexidade aumenta exponencialmente segundo o posto hierárquico do decisor. Imagine –se o grau de dificuldade de um Ministro para tomar decisão sobre parâmetros curriculares nacionais, ou sobre padrões de avaliação do ensino superior, caso tenha que traduzir tais informações em decretos ou portarias.....

Com a evolução dos atuais conceitos sobre gestão escolar, onde a autonomia da escola é vista como a instância ótima para a tomada de decisões que possam ser partilhadas num clima de participação de todos os atores diretamente interessados na vida da instituição, parece estar um pouco mais facilitado o caminho para as mediações que traduzam o conhecimento produzido em decisões técnico-pedagógicas. No entanto, muitas destas tendências são bastante recentes para que possamos avançar conclusões definitivas.

É POSSÍVEL FORMAR UM PESQUISADOR ?

O perfil tecnocrático da reforma de 68 , que modificou toda a estrutura universitária brasileira, trouxe como novidade a sistematização dos cursos de pos-graduação em praticamente todas as áreas de conhecimento. A suposição era de que a pouca pesquisa produzida até então poderia ser extraordinariamente ampliada, trazendo assim contribuição relevante para todos. A lógica, implícita ainda neste raciocínio, é a de que é possível ensinar alguém a ser um bom pesquisador, dando-lhe os conhecimentos básicos da pesquisa na área escolhida. Assim, disciplinas como Introdução à Pesquisa, Lógica do Conhecimento Científico, Metodologia da Pesquisa, entre outras, fazem parte dos cursos de graduação ou de pos-graduação ao longo dos últimos vinte e cinco anos...Será que isto funciona mesmo ? Creio que alguma utilidade devem ter até porque durante todos estes anos já teriam sido eliminadas por absoluta inutilidade. Mais recentemente, começou a se desenvolver uma prática no interior das instituições universitárias que creio veio para ficar. Quero me referir aos programas de apoio à iniciação científica. Isto ocorreu, no meu modo de ver, pela convergência de duas constatações que vieram se consolidando nas últimas décadas, com a experiência acumulada pelos programas de posgraduação. De um lado, a percepção de que nem todos tem interesse ou vocação para a pesquisa e de outro a observação de que um bom pesquisador recebe e assimila informações em seu processo de formação mas, também e sobretudo, aprende a pesquisar, trabalhando junto com alguém experiente neste tipo de atividade. Resumindo, em uma expressão simplificada, diria que um bom pesquisador é aquele que aprende a pesquisar mais do que estudar disciplinas que digam como se faz investigação.

Esta abordagem muda radicalmente o quadro do processo formativo do pesquisador. De uma atitude passiva - estudar para - o estudante é reconhecido como ponto crucial do processo, o ser que aprende, que elabora e produz informação. Claro que isto é feito gradativamente, vencendo etapas - que são as do processo formativo regular - até a completa emancipação intelectual. Isto não se faz em semestres ou em períodos letivos. É um contínuo que demanda tempo, dedicação, disciplina rígida em relação a procedimentos e atitudes, enfim algo mais do que oferecem as disciplinas acadêmicas tradicionais. As abordagens construtivistas da moderna psicologia da aprendizagem apenas reforçam esta linha de formação do pesquisador, onde o formador atua mais como um facilitador/estimulador do educando que vai aprimorando seus conhecimentos e atitudes que podem transformá-lo num bom pesquisador.

Vejo como saudável esta introdução dos programas de apoio à iniciação científica e constato com tristeza a tendência de abandono do apoio oficial da parte de órgãos como CNPq e CAPES. Creio que é chegada a hora de uma reação vigorosa contra esta tendência de redução dos investimentos oficiais nesta área, com a criação de mecanismos internos em cada instituição no sentido de preservar aquilo que vem demonstrando ser um ótimo instrumento de formação de quadros.

O DESAFIO PARA O FUTURO

A questão final, que gostaria de pensar junto com vocês, diz respeito à possibilidade que teremos ou não de seguir lutando na defesa de uma Universidade Pública de qualidade para todos. No recente encontro mundial de educação superior, realizado pela Unesco, em Paris, ficou registrado no artigo primeiro da Declaração final que a

Universidade do próximo milênio, por ser um espaço de educação para a cidadania e para a realização de aprendizagens para toda a vida, deve ter como missão principal educar, treinar e fazer pesquisa (5). Na mesma Declaração, o artigo quinto registra que deve-se buscar o avanço do conhecimento através da pesquisa, que deve ser favorecida em todas as disciplinas e com a mobilização de recursos de várias fontes. Estas afirmações chocam-se com as "receitas" que alguns organismos internacionais de financiamento (FMI e BIRD) desejam impor a países do terceiro mundo. Não é segredo para certos círculos que estas instituições de financiamento consideram um desperdício inaceitável o ensino superior gratuito em países como o Brasil. A questão é extremamente complexa e não deve ser tomada na visão unilateral dos tecnocratas de Washington. Mais do que serem gratuitas para os estudantes, as Universidades Públicas brasileiras, via de regra, tem um bom padrão de desempenho acadêmico e são democráticas no sentido de que estão abertas aos mais capazes intelectualmente, seja qual for sua origem social. Querer instituir um sistema pago, seguramente vai demandar investimentos para controle e arrecadação, que provavelmente não compensarão os saldos eventualmente obtidos. O mal maior, entretanto, será representado pelo fechamento de oportunidades que isto pode representar para as camadas mais pobres da população, sem contar a discriminação que isto pode significar para aqueles que tiverem de entrar na fila de "bolsa para os carentes".

O eventual fechamento do pleno acesso a qualquer estudante à Universidade Pública, em razão de condição sócio-econômica, pode ser um golpe mortal na possibilidade de que os mais talentosos possam dispor de plenas oportunidades para seu desenvolvimento intelectual. E aqui a questão dos programas de iniciação à pesquisa e ao conhecimento de alto nível passa a ganhar uma conotação moral de

difícil equacionamento para os padrões que estão sendo almejados pela sociedade brasileira em seu conjunto. O desafio maior das Universidades, ao lado da preservação dos espaços e dos recursos para o desenvolvimento da pesquisa como atividade nobre da instituição acadêmica será, daqui para frente, a luta para a sua sobrevivência como espaço democrático de construção do saber, aberto a todos que mostrarem talento e capacidade para estar dentro dela.

Creio que como corolário deste desafio maior, que toca diretamente a razão de existência da Universidade Pública entre nós, valeria a pena pensar na organização de programas internos das Universidades no sentido de descobrir estudantes talentosos para a pesquisa, desde os cursos de graduação, estimulando as Monitorias e propiciando contato destes alunos com professores realmente motivados para a carreira acadêmica. Mais do que dinheiro, isto exige dedicação e entusiasmo, que tenho certeza não faltam para muitos que se dedicam à Universidade.

A PÓS-GRADUAÇÃO E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Nos debates que se realizam hoje, em razão das avaliações feitas pela Comissão de especialistas sobre os programas de pós-graduação em Educação, até porque alguns programas que sempre se consideraram muito bons e tiveram avaliações abaixo do esperado, estão se sentindo melindrados, discute-se pouco qual deve ser o papel da formação de alto nível para o profissional da educação. Será que é justificável a existência de tantos programas de Mestrado e de Doutorado apenas para formar o Pesquisador? Ou seria mais vantajoso oferecer estas oportunidades apenas como um complemento formativo para o trabalho nos sistemas de ensino? Creio que a verdade reside no

equilíbrio, na sabedoria que complemente a formação em pesquisa à função tradicional do Educador – em suas distintas oportunidades de trabalho, com um conhecimento e uma prática de pesquisa que enriqueça o trabalho cotidiano e abra novas perspectivas para a elevação da qualidade de oferta educativa.

A pesquisa é um componente importante na atualização de conhecimentos e na geração de novas leituras da realidade educativa. Por isto, a pesquisa pode ser “ensinada” e cultivada no processo formativo do aluno como uma prática do dia-a-dia. Muitos consideram que poderiam existir diferentes formas de Mestrado Profissional, voltado mais para atender determinadas peculiaridades regionais e onde o Mestrado voltado para o ensino, por exemplo, seria muito mais estimulante face às características da atividade pedagógica.

Ao existirem diferenciações para a formação do Mestre e do Doutor na área de Educação, não vejo inconvenientes maiores em que a pesquisa realizada nos programas possa ser voltada para estudos da realidade na qual o profissional milita, garantindo assim maiores inserções no conhecimento da realidade local onde o Professor ou o Técnico possam efetivamente se apropriar de um conhecimento que pode ser perfeitamente utilizado pelos alunos visando seu maior crescimento.

O professor - pesquisador não se forma nos programas de pós-graduação e sim numa prática cotidiana que deve ser cultivada desde os cursos de graduação. Seja mediante estímulos de uma atenção maior a alunos mais promissores do ponto de vista intelectual, seja através de Programas de Bolsas de Iniciação Científica, que todos estão a favor e apenas o governo federal teima em reduzir seus recursos...Mais do que um conhecimento adquirido o pesquisador se forma através de uma prática, na medida em que fazendo ele vai

construindo suas referências e moldando sua própria visão de como a Educação se dá enquanto concepção teórica e enquanto prática pedagógica.

NOTAS

¹ A propósito os textos de Kuhn, Thomas- A estrutura das revoluções científicas, Ed. Perspectiva ,tradução, São Paulo – 4º edição .1.996 e de Ladrière, Jean – Filosofia e Praxis Científica, organização e introdução de Olinto Pegoraro; Rio de Janeiro : F.Alves, 1.978 (coleção epistemé) – são importantes e devem ser do conhecimento de todos que querem aprofundar estas questões.

² Veja –se a respeito o trabalho que elaborei para OREALC/UNESCO – Algunas consideraciones sobre las relaciones entre investigacion y toma de decisiones en Brasil. Santiago, Chile, 1.987 .

³ Morles, Armando, La investigación para el planeamiento y la toma de decisiones en Educación, in – La investigación para el planeamiento educativo en America del Sur. Cinterplan, Caracas, 1.987.

⁴ Veja –se a propósito o livro de Pedro Demo – Educar pela Pesquisa .Campinas,Autores Associados,1.997.

⁵ Folha de S.Paulo, 12.10.98. pag. 2(4)